



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS
HISTÓRIA

1 HISTÓRICO DA UFPA

A Universidade Federal do Pará (UFPA), é uma instituição pública de ensino superior e foi criada em 02 de julho de 1957 pela Lei nº 3.191, no governo de Juscelino Kubistchek. Apresentando autonomia acadêmica, técnica, científica, administrativa e financeira, está estruturada em divisões por Unidades Acadêmicas e Administrativas representadas por 12 Campis situados nos Municípios de Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí; 14 Institutos, sendo 2 nos campi do interior; 06 Núcleos; 34 Bibliotecas Universitárias, sendo 26 em Belém; 02 Hospitais Universitários e 01 Escola de Aplicação.

Ao longo de seus mais de sessenta anos, a UFPA apresenta como missão formadora as ações na produção, difusão e aplicação do conhecimento nos diversos campos do saber, atentando sempre para a construção da cidadania, igualdade de classe, estímulo ao desenvolvimento regional, a construção de uma sociedade sustentável e o respeito a diversidade étnica, cultural e de gênero, sempre orientado pelo que rege o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A Universidade apresenta como visão Acadêmica à melhoria da qualidade de vida das populações da Amazônia apresentando-se como referência no campo da produção do conhecimento regional, nacional e internacional, atentando sempre para tríade ensino-pesquisa-extensão e para a excelência acadêmica, científica, tecnológica e cultural. Para isso a instituição prima pela qualificação profissional de seus técnicos servidores, professores e colaboradores.

Como princípios norteadores a Universidade atua na produção do conhecimento científico e no aproveitamento das potencialidades da região mediante processos integrados a universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico; o pluralismo de ideias e de pensamentos; o ensino público e gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e

procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.

Devido as dimensões continentais do estado do Pará e as discrepâncias sócio espaciais de produção de conhecimento regional, a Universidade Federal do Pará implementou na década de 1980 o processo de Interiorização visando a democratização do acesso ao Ensino Superior, bem como a qualificação profissional de comunidades tradicionais, ribeirinhas, indígenas e quilombolas. A partir deste momento, definiu-se uma proposta curricular Multicampi na qual os cursos passaram a contribuir mais com o desenvolvimento social de cada região paraense.

É neste contexto de expansão universitária que foi fundado em 1987 o Campus Universitário do Tocantins (CUTINS), com sede em Cametá, para contribuir com a formação de professores e pesquisadores de diferentes áreas. No primeiro momento, foram criados os cursos de Letras Língua Portuguesa e Pedagogia. Porém, a expansão universitária tomou fôlego nos anos 2000 com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), através do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, como ação do Plano de Desenvolvimento da Educação, que dentre outras funções previa a ampliação das estruturas físicas, acadêmicas e pedagógicas das Universidades Federais. Assim, com o intuito de ampliar as vagas do Ensino Superior, a administração local, em consonância com a administração superior, implantaram no Campus de Cametá os cursos de História, Matemática, Ciências Naturais e Letras Língua Inglesa, acrescidos posteriormente pelos cursos de Geografia e Educação do Campo, todos com o intuito de atender a uma demanda dos professores da região que necessitavam assegurar a formação de graduação na área de Licenciatura. Além dos cursos de licenciatura supracitados o Campus de Cametá tem dois cursos de Bacharelado: Agronomia e Sistema de Informação.

Pode-se dizer que a consolidação do CUTINS aprofundou o processo de interiorização da universidade, se constituindo como um irradiador do Ensino Superior através dos Polos Universitários, os quais atualmente existem, sempre em parcerias com as prefeituras, nos Municípios de Baião, Mocajuba, Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajuru. Trata-se da interiorização dentro do processo de interiorização, pois aquilo que o Campus de Cametá foi na década de 1980, isto é, uma extensão do Campus de Belém, é o que hoje são, grosso modo, esses quatro polos universitários pelos quais o Campus de Cametá é responsável.

A Faculdade de História da Amazônia Tocantina está, portanto, inserida nessa lógica aqui denominada de interiorização da interiorização, pois tem como área de atuação não apenas o município de Cametá, mas toda a região do Baixo Tocantins e adjacências. Já foram criadas pela FACHTO turmas sediadas nos municípios de Cametá, Mocajuba e Baião. Além das

turmas criadas na área de atuação do CUTINS, a Faculdade de História, atendendo a proposta multicampi, também criou turmas flexibilizadas em parceria com o Campus de Abaetetuba nos municípios de Tomé Açu e Abaetetuba.

Portanto, nosso objetivo, ao elaborarmos essa versão atualizada do PPC do curso de história é produzir um documento que norteará as ações pedagógicas do corpo docente que compõe a Faculdade de História do Baixo Tocantins e servirá como guia sistematizador e de orientação também para os discentes em formação, enfatizando o compromisso do grupo que compõe a Faculdade de História com o desenvolvimento social da região, através do exercício permanente do respeito à cidadania e a diversidade.

2 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

Produto de construção coletiva, o Projeto Pedagógico do Curso de História é um documento elaborado a partir das discussões realizadas nas reuniões do Núcleo Docente Estruturante, pelos docentes da Faculdade de História do Campus Universitário do Tocantins/Cametá/UFPA. Ele tem como objetivo nortear as ações da Faculdade de História, tomando como referência as diretrizes curriculares propostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, no que diz respeito aos cursos de graduação, com ênfase na Licenciatura Plena em História, respeitando as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as discussões acadêmicas apresentadas nos grupos de trabalho de História/Ensino de História da Associação Nacional dos Profissionais de História e de diferentes Instituições de Ensino Superior do território Nacional. Essa é a segunda versão do PPC da FACHTO elaborado para acrescentar as experiências adquiridas nos últimos anos, a partir da atuação do corpo docente em sala de aula e nas atividades de pesquisa, ambas consideradas atividades necessárias para o desenvolvimento pedagógico da história, enquanto disciplina e área de atuação político-social dos futuros docentes. Nessa versão há acréscimos e modificações em relação à primeira edição de 2009, quando foi criado o curso. Ele reflete, portanto, um segundo momento de funcionamento do curso, já somada à experiência de ter formado nove turmas ingressantes entre 2009 e 2014 em diferentes municípios, o que propiciou um amadurecimento baseado nas vivências acadêmicas e na compreensão das diferentes realidades da região. Na primeira versão do PPC, foi apresentado um Projeto Pedagógico com perfil pluriétnico e condizente com as necessidades do Baixo Tocantins. Passados dez anos de sua criação, com um corpo docente composto por nove professores, formados em diferentes universidades do Brasil, a Faculdade de História

preocupa-se ainda mais em contemplar os debates relacionados às políticas afirmativas de reparação social, diversidades etnicorraciais e de múltiplas representações sociais e de cidadania. Esta versão do PPC mantém a base estrutural dos componentes curriculares preservando o conjunto de disciplinas pensadas no primeiro momento, modificando algumas nomenclaturas, ordem de realização e a estrutura da ementa das disciplinas. Somam-se as disciplinas já existentes outras seis disciplinas, bem como se acrescentou disciplinas optativas, das quais os alunos terão que cumprir duas ao longo do percurso de formação. Essas disciplinas optativas abordarão as mais diversas tendências da historiografia e das discussões concernentes à História, Ensino de História, Educação ambiental e Direitos Humanos. Essas mudanças ratificam o compromisso do colegiado de História com as orientações pensadas para o curso no momento de sua constituição, dando ênfase na licenciatura, pensando o conhecimento histórico como base fundamental para o processo de formação básica do cidadão. Assim, respeitamos o princípio de que a produção acadêmica deve responder a uma demanda social, que possibilite o conhecimento histórico sobre os grupos sociais estabelecidos na região, como também o modo de vida desses grupos, ajudando a compreender a História da Amazônia e do Brasil, conectando a história dessas comunidades ao circuito da historiografia brasileira e internacional. O Baixo Tocantins, região de atuação do CUTINS, encontra-se formada pelos municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Cametá, Baião, Mocajuba, Mojú, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajurú, Igarapé Miri e Tailândia, com uma área que compreende mais de 36.024 Km² e uma população estimada em 740.045 pessoas, segundo dados do IBGE de 2010, constituindo-se atualmente uma das principais regiões do estado do Pará. A região conta com uma dinâmica economia local peculiar que se caracteriza pela intensa relação entre o urbano e o rural e/ou ribeirinho. Suas cidades comercializam com os centros urbanos o resultado da produção dos gêneros agrícolas, e da coleta extrativista. Esta situação tem produzido espaços de grande interesse e convergência nas aglomerações à beira dos rios, articulando a população ribeirinha de diferentes localidades entre si, com a população urbana, com isso ampliando as alternativas de consumo da população em geral e a socialização de práticas então peculiares a esses grupos. Com a expansão de um sistema de engenharia de transporte e serviços (alça viária, eixos rodoviários e energia elétrica) a partir da década de 1990, dinamiza-se o fluxo das populações gerando um aumento da migração populacional para a região. O comércio do açaí e de outros produtos resultantes do extrativismo e agricultura passaram a ser transportados principalmente pelas rodovias (PA 151 e seus diversos ramais), alterando a dinâmica econômica e de transportes na região deixando de ser exclusivamente fluvial para ser também rodoviário. Embora o transporte fluvial continue a ter significativa importância

para estes municípios, percebe-se ainda que em virtude da melhoria das condições de tráfego na Rodovia PA 151, municípios como Igarapé Miri, Mocajuba e Baião, atravessados por esta rodovia estadual, ganharam a oportunidade de reviver seus setores agrícolas e, já se nota que uma parte da população destes municípios, antes vinculada de maneira intensa com rio, passa agora, a ocupar as margens da PA 151 buscando novas oportunidades de sobrevivência. A dinâmica sócio econômica da região, por si só justifica a permanência de um Curso de Graduação em História que possibilite o desenvolvimento de pesquisas que expliquem a constituição histórica da região e o consequente processo formador deste espaço. Soma-se, no entanto, a necessidade de formação de professores de História para atuarem na educação básica, uma demanda que precisa ser atendida, pois parte dos professores que atuam na região em escolas rurais e/ou ribeirinhas são leigos, ou não habilitados especificamente para trabalhar com a disciplina de História. A carência de qualificação e a dimensão espacial do Baixo Tocantins explicam também a necessidade da Faculdade de História flexibilizar o processo de abertura de turmas para além do Município de Cametá, disponibilizando-se periodicamente a abrir turmas nos Municípios de Baião, Mocajuba, Limoeiro do Ajurú e Oeiras do Pará, bem como em Municípios atendidos por outros campi, através de parcerias. Constituído de cidades centenárias a região do Baixo Tocantins é, pois, portadora de um rico patrimônio histórico. Cametá, sua principal cidade, remete a sua fundação ao século XVII, quando em 1634 foi criada a Capitania de Cametá, elevado à condição de Vila com o nome de Viçosa de Santa Cruz de Camutá, em 1835. Da vila partiram várias expedições exploradoras e colonizadoras, sendo a mais referenciada a de Pedro Teixeira em 1637, posto que consolida a posse portuguesa na Amazônia; A origem de Baião, data de 1694, em 1833, já no Período Regencial, a povoação fundada há quase um século e meio foi elevada à condição de vila; No caso de Mocajuba, embora a criação do núcleo urbano remeta ao século XVIII, somente em 1872 elevou-se a categoria de Vila; A fundação de Oeiras é anterior a 1653, ano de chegada do Padre Antônio Vieira que, como superior da Companhia de Jesus enviou os seus comandados ao rio Araticu a fim de fundar ali uma Missão com a incumbência de catequizar os índios do mesmo nome que habitavam a região. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador da província do Pará em 1758 atribuiu o nome de Oeiras. No caso da cidade de Limoeiro do Ajuru, esta tem sua criação datada de 29 de dezembro de 1961, sendo seu território criado com parte do distrito de Joana Coeli, município de Cametá, e parte do distrito sede do município de Oeiras do Pará; povoações que remetem ao século XVII. Nestas cidades e nas dezenas de povoados e vilarejos que formam esses municípios, têm sido preservados aspectos materiais e imateriais que precisam ser estudados. A conformação urbana dos traçados das ruas, a sua posição em

relação ao rio e a floresta, as praças e passeios públicos, os casarões e as igrejas, são alguns espaços que registram a história de constituição da região. No caso do patrimônio imaterial registram-se a apropriação oral e simbólica das populações locais, as festas religiosas e não religiosas, as danças e músicas que permeiam o universo cultural das populações locais e que precisam de uma análise histórica capaz de assegurar a preservação e divulgação da cultura popular. A cidade de Cameté é portadora ainda de um rico acervo de documentos históricos; manuscritos que remetem ao período colonial e de constituição das primeiras missões religiosas e expedições colonizadoras. Sob a guarda do Museu e Arquivo Histórico do Tocantins, esta documentação precisa ser explorada, sistematizada e difundida para a comunidade, constituindo-se numa importante contribuição para a historiografia da Amazônia. A presença de diversas comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas registradas na região exigem uma atenção dos estudos históricos. Decifrar a existência e a trajetória dessas comunidades, como chegaram à região e nos lugares que hoje se encontram, os tipos de cultivo, a relação que estabelecem com a floresta e os rios de onde retiram parte de sua sobrevivência, a relação entre essas comunidades e o espaço das cidades e as lutas empreendidas para permanência na terra são algumas questões que devem ser analisadas quando da consulta aos documentos históricos, das observações, da constituição de pesquisa oral e da cartografia. Nesse caso, estas comunidades poderão servir como espaço para a dinamização da pesquisa, bem como a socialização da aprendizagem desenvolvida ao longo do curso, constituindo assim num campo para atividade de ensino, pesquisa e extensão.

3 CARACTERÍSTICA GERAIS DO CURSO

Modalidade Oferta: Presencial

Ingresso: Processo Seletivo

Vagas: 80

Turno: Matutino

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Turno: Vespertino

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Turno: Noturno

Total de Períodos: 9

Duração mínima: 4.50 ano(s)

Duração máxima: 6.50 ano(s)

Turno: Integral

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Forma de Oferta: Modular e Paralela

Carga Horária Total: 3210 hora(s)

Título Conferido:

Período Letivo: Intensivo ; Extensivo ;

Regime Acadêmico: Seriado

Ato de Criação: Ato de Criação: Ato de Criação: Atos normativos do curso: Resolução do Conselho Superior de Ensino P

Ato de Reconhecimento: Ato de Reconhecimento: Ato de Reconhecimento: Reconhecido por meio do de n° 35.456 de 04/05/195

Ato de Renovação: Ato de Renovação: Ato de Renovação: Renovado por meio da Portaria n° 109 24/12/2015, publicada n

Avaliação Externa: Avaliação Externa: Avaliação Externa: Renovado por meio da Portaria n° 109 24/12/2015, publicada

4 DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

4.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Tomando como fundamento as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pela Resolução CNE/CP n° 2 de 1º de julho de 2015, nas Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação da UFPA e também na Resolução 3.186/2004 do CONSEPE, este projeto toma como princípio a orientação do curso para: A flexibilidade curricular atentando para a transversalidade de temáticas como Direitos Humanos, Cidadania e Meio Ambiente, corroborando assim com os princípios éticos e conceituais aplicados pela ciência História; a interdisciplinaridade como meio de diálogo entre a história e outras ciências sociais, bem como outras áreas do conhecimento; a indissociabilidade entre o ensino a pesquisa e a extensão entendidas como parte integrante necessária no processo de produção do conhecimento; a realização de um processo de ensino aprendizagem crítico pautado na realidade de diferentes estratos sociais, bem como deve estar fundamentado no caráter

humanitário, estabelecendo assim, uma linha lógica de produção do conhecimento crítico que aproxime a relação entre teoria e prática; o trabalho e a pesquisa pautados no princípio educativo entendendo que estes princípios só adquirem significado na medida em que não se desvinculam das experiências e problemáticas presentes no tecido social vinculando os saberes metodológico e teórico com as experiências e práticas sociais.

Nesse caso, fica evidente a necessidade de se estabelecer uma atenção na formação do profissional que vai atuar nas escolas reparando-o com a expertise para a sala de aula, bem como para as áreas de pesquisa e extensão. Ainda como pressupõe as Diretrizes Curriculares Nacionais, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional. Assim em nossa perspectiva, a construção de um profissional com autonomia deve priorizar uma formação mais ampla que prepare os formandos para atuarem com criticidade, com capacidade de lidar com a diversidade cultural, de posicionar-se diante das situações sociais e políticas, e em condições de desenvolver escolhas conscientes sobre a maneira como vai desenvolver seu trabalho ao lidar com o conhecimento histórico.

Acreditamos que é importante caminhar no sentido de uma formação teórico-metodológica que busque constituir um profissional que seja capaz de articular a pesquisa, ensino e extensão. Neste aspecto, entendemos que o envolvimento com a pesquisa e com a produção do conhecimento histórico amplia as possibilidades de autonomia profissional, pois a produção do saber apresenta-se como um trabalho que exige a construção de posicionamentos e perspectivas diante das concepções diversas de fazer História; contribuindo assim para a autonomia e clareza do profissional em formação sobre o quê, como e para que se ensina e se produz o conhecimento histórico.

Para atender aos objetivos propostos na formação dos professores (as) de História, a avaliação deverá ser contínua, adotando-se práticas e estratégias que contemplem a criticidade, a reflexão, fato que contribuirá no desenvolvimento de competências e habilidades que se espera de um (a) profissional da área de História.

A Universidade Federal do Pará em seu aspecto geral e a Faculdade de História em particular assumem como princípio norteador a formação de profissionais com competência e habilidades para atuar, em especial, na área das licenciaturas. Para isso os educadores devem:

- 1) Dar condições para a formação de profissionais críticos com habilidade e competência para compreender, intervir, propor e atuar em diferentes espaços profissionais;

2) estabelecer condições para a realização de uma formação específica na área de História voltada às licenciaturas, tendo sempre o espaço escolar como laboratório do processo de produção do conhecimento do Ensino de História. O presente PPC visa proporcionar uma formação teórica e metodológica da disciplina História em suas variantes de pesquisa e de preparação para a atuação em sala de aula. Para isso o conjunto de disciplinas específicas da área apresentarão porcentagens de carga horária teórica e prática, facilitando assim o processo formador do profissional apto a atender as necessidades sociais presentes no campo da educação básica, sempre associando ensino, pesquisa e extensão, bem como a interdisciplinaridade e a transversalidade.

1. PRINCÍPIOS ÉTICOS:

Como princípios disciplinares inerentes a disciplina e a ciência História, defendemos sempre no processo de formação do profissional de História: o respeito ao caráter humanitário; à cidadania; à justiça social; à diversidade cultural, étnica, de classe, de gênero e de orientação sexual, como princípios sociais que primam pela manutenção da liberdade. Uma História inclusiva a geradora de homens e mulheres livres e autônomos.

2. PRINCÍPIOS EPISTEMOLÓGICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

O curso de História está estruturado em três eixos: (a) O saber histórico; (b) O saber epistemológico; (c) O saber Pedagógico. Considerando que o ensino da disciplina e/ou ciência História implica no equilíbrio de saber usar os diferentes eixos sempre refletindo sobre o domínio dos conceitos, metodologias, teorias e técnicas didático pedagógicas de aplicação do conhecimento histórico. O profissional formado em História deve estar sempre atento a desenvolver as habilidades inerentes aos eixos estruturantes para poder exercer seu ofício com competência e eficácia.

3. SABER HISTÓRICO

O profissional que se habilita a trabalhar em História Licenciatura, tem o dever de dominar os processos históricos em diferentes temporalidades, dialogando e dominando academicamente os conceitos de História, tempo, cultura, cronologia, temporalidade, processos, historicidade, memória e espaço social.

4. SABER EPISTEMOLÓGICO

Para além das habilidades relacionadas ao conhecimento histórico o profissional de história ao final do curso deve ser capaz de dominar os diferentes campos teórico metodológicos da

disciplina História, para isso o profissional deve compreender sobre a Escrita da História; Historiografia; Narrativas Historiográficas, Escolas Historiográficas, Metodologias da História, filosofias da História, Tempo Histórico Conceito de História e Ensino de História.

5. SABER PEDAGÓGICO

O eixo pedagógico diz respeito a prática profissional do Ensino de História desempenhando as habilidades e metodologias necessárias para o exercício do magistério através da transposição didática e/ou da adequação das linguagens historiográficas ao conhecimento escolar. Incluem-se nesse eixo três tipos de atividades: a) O ?aprender a ensinar a História?, instrumentalizando os alunos das discussões concernentes a compreensão do processo de ensino-aprendizagem; b) atividades relacionadas às diferentes modalidades de ensino presentes no sistema educacional brasileiro e aos estágios supervisionados, que serão realizados em instituições parceiras da UFPA; c) atividades relacionadas ao aprender a pesquisar e a aplicar métodos e técnicas adequados à atuação profissional.

Neste aspecto, compreendemos que para constituir um profissional com autonomia, é essencial que sejam dadas condições para a construção de experiências e reflexões sobre as formas de difusão do conhecimento histórico que aproxime cada vez mais as pesquisas e reflexões realizadas nos cursos de formação com a realidade das escolas e da sociedade.

4.2 OBJETIVO DO CURSO

Objetivo Geral:

Desenvolver competências e habilidades que proporcione aos futuros (as) licenciados(as) em História uma prática profissional responsável, ética e comprometida com a qualificação da Educação Básica do país e região.

Objetivos Específicos:

? Problematizar as múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos e a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;

? Capacitar ao exercício do trabalho de licenciados(as) em História, em todas as suas dimensões, o que supõe domínio da natureza e do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção, crítica e difusão;

? Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito

acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.

? Compreender e explicar os diferentes conceitos que formam as estruturas e relações sócio históricas de uma dada realidade; conhecendo concepções básicas referentes às distintas épocas históricas e sociedades;

? Dialogar com outras áreas do conhecimento sendo capaz de diferenciá-las, e, sobretudo, de qualificar o que é específico do conhecimento histórico; seus procedimentos teórico-metodológicos e as modalidades de narrativa histórica.

4.3 PERFIL DO EGRESSO

O graduado deverá estar capacitado ao exercício de professor, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. Atendidas estas exigências básicas e conforme as possibilidades, necessidades e interesses das Instituições de Ensino Superior-IES, com formação complementar e interdisciplinar, o profissional estará em condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento (magistério em todos os graus).

Ao profissional de História caberá, com postura crítica e autonomia intelectual, problematizar os processos de significação da própria área do conhecimento. Nesse aspecto, a atuação no magistério deve ser concebida como uma dimensão que ultrapassa a mera tarefa pedagógica de transmitir o conhecimento. Da docência também se exige interação com a sociedade em toda a sua estrutura organizacional, a fim de poder promover junto com seus interlocutores a análise da realidade histórica e dela buscar conhecimentos e experiências para avaliação e aprimoramento do próprio ensino.

Assim, estaríamos firmando o tripé ensino, pesquisa e extensão demandada pela universidade pública. Ademais, o professor deve estar em constante atividade de pesquisa juntamente com seus formandos, possibilitando a dinâmica da aprendizagem e permitindo a descoberta do novo, a produção de materiais de difusão do conhecimento, a reelaboração crítica e teórica dos conteúdos ministrados e a desconstrução dos saberes inaugurados por determinados grupos de interesse que querem consolidar e naturalizar certas práticas históricas.

O modelo de formação possibilita, neste aspecto, diminuir as distâncias entre as práticas e os saberes históricos produzidos e debatidos no espaço da Universidade e aqueles ensinados nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Considerando o princípio da indissociabilidade e o

perfil que queremos alcançar com a formação do professor, pesquisador e difusor do conhecimento histórico, torna-se, portanto, necessário à capacitação e à qualificação do historiador, envolvido com sua formação, transformar e desenvolver os conhecimentos dentro de uma prática profissional indissociável. Para isso, são requeridos o domínio e a construção de habilidades e competências capazes de efetivar o processo de profissionalização mediante a sistematização teórico-reflexiva articulada com as práticas de professor e pesquisador.

4.4 COMPETÊNCIAS

De acordo com os objetivos do curso, e com o perfil do profissional a ser formado, espera-se que o graduado em História possa desenvolver as seguintes competências e habilidades:

A) Gerais

- a. Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio históricas;
- b. Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- c. Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua inter-relação;
- d. Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;
- e. Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.
- f. Desenvolver competência na utilização da informática;
- g. Compreender e explicar os diferentes conceitos que formam as estruturas e relações sócio históricas de uma dada realidade;
- h. Conhecer as variações dos processos históricos, bem como suas diferentes modalidades de combinações no tempo e no espaço;
- i. Conhecer e diferenciar as interpretações históricas propostas pelas principais escolas historiográficas, visando com isso dominar o conhecimento sobre procedimentos teórico-metodológicos e as modalidades de narrativa histórica;
- j. Saber transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento, sendo

capaz de diferenciá-las, e, sobretudo, de qualificar o que é específico do conhecimento histórico;

B) Específicas para Licenciatura

- a. Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino ? aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- b. Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino;
- c. Compreender a complexidade da atividade docente, não a dissociando de seus fundamentos político-pedagógicos e da pesquisa, tanto no âmbito formal como em práticas não-formais de ensino;
- d. Refletir sobre as questões educacionais e pedagógicas referentes ao ensino da História nos níveis fundamental e médio, de forma a propor projetos de intervenção na realidade escolar, capazes de permitir a educação histórica do cidadão;
- e. Transitar pelos saberes históricos e pedagógicos com competência de forma a elaborar material didático em diversas linguagens, amparados em referências teórico-metodológicas trabalhadas no curso;
- f. Promover a educação dos alunos no sentido amplo, incluindo, além do ensino de disciplinas escolares e o desenvolvimento cognitivo, o cuidado com aspectos afetivos, físicos, socioculturais e éticos, sobretudo atuando na formação plena da cidadania;
- g. Selecionar e organizar conteúdos de História de modo a assegurar sua aprendizagem pelos alunos, a partir da realidade discente, bem como da cultura local;
- h. Selecionar e usar recursos didáticos adequados e estratégias metodológicas do ensino da História de acordo com o grau de maturidade pedagógica e psicológica dos alunos.
- i. Coordenar e participar cooperativamente de equipes de trabalho em atividades de elaboração e desenvolvimento de projetos que possibilitem a atuação em diferentes espaços e contextos da prática profissional (escolas públicas, sindicatos, laboratórios, oficinas e disciplinas curriculares);
- j. Fazer uso de recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a aumentar as possibilidades de difusão e apreensão do conhecimento.
- k. Reconhecer diferentes concepções sobre os temas próprios da docência, tais como currículo e desenvolvimento curricular, transposição didática, planejamento, organização de tempo e espaço, gestão de classe, interação grupal, avaliação de situações didáticas e das aprendizagens dos estudantes, relação professor-aluno;
- l. Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza

ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

m. Participar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos empregados pelos professores deverão ser diversificados e inovadores abrangendo além das aulas expositivas, aulas práticas e experimentais associadas à produção de material didático e visitas orientadas a escolas. O planejamento das atividades curriculares será realizado no início de cada semestre letivo respeitando o calendário acadêmico da Universidade Federal do Pará, e envolverá professores, alunos, técnicos e administração da Faculdade. Nesse sentido, é imprescindível que a metodologia de ensino seja definida a partir da relação professor-aluno, na perspectiva de buscar o envolvimento desses sujeitos para as práticas de pesquisa e produção do conhecimento histórico e educacional, visando à ampliação das possibilidades de autonomia profissional tanto para os docentes formadores quanto para os discentes em formação.

Como postula Paulo Freire (2017, pág. 47), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção. E para atingir o objetivo da aprendizagem de nossos discentes que visa o desenvolvimento de competências humanísticas, científicas e profissionais daremos ênfase a uma práxis que procurará dialogar e criar novas metodologias levando em consideração a experiência dos seminários, o incentivo aos nossos discentes na participação de eventos, grupos de pesquisa, monitorias, debates, ampliando assim o espaço tradicional da sala de aula. Outro ponto é ressaltar a ênfase que daremos a aulas práticas em campo que permitirá aos nossos alunos(as) conhecer o diálogo efetivo entre teoria e prática. Assim procuraremos realizar aulas nos espaços quilombolas, indígenas, ribeirinhos, aperfeiçoando e criando novas metodologias de trabalho, bem como, contribuir na elaboração de novos materiais didáticos e situações de aprendizagens que permitam aos nossos discentes entender e ressignificar os conceitos estruturantes do ensino de História, entre estes, identidade, cultura, tempo, entre outros, levando em consideração a realidade amazônica.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

5.1 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO CURSO

O Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura Plena em História de Faculdade do Campus Universitário do Tocantins/Universidade Federal do Pará- Cametá apresenta como proposta de formação para o(a) Professor(a) de História competências e habilidades baseadas nos princípios e fundamentos previstos nos seguintes documentos: Resolução nº 01 de 30 de maio de 2012 - CNE, que trata da Educação e dos Direitos Humanos (EDH), reconhecendo, assim, dignidade ao ser humano e os direitos sociais como características irrevogáveis, intransferíveis e inerentes a todos os indivíduos; Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que "Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências"; Art. 4º da Resolução 4.399/ 2013 - CONSEPE/UFPA, segundo o qual "obedecerão a princípios metodológicos que, admitindo a diversidade de meios, promovam a integração com a pesquisa e a extensão e a relação teoria-prática como elementos indissociáveis do processo de ensino-aprendizagem, na perspectiva da relação entre docente, discente e conhecimento?; e a transversalidade também prevista na Resolução 01/2012- CNE - no seu Art. 6º "A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação?". O curso poderá ter dois formatos: 1- Extensivo (regular), ocorrendo sempre no segundo e no quarto períodos acadêmicos do ano letivo; 2- Intensivo (intervalar), ocorrendo sempre no primeiro e no terceiro períodos acadêmicos do ano letivo conforme previsto no Ar. 8º e parágrafo 1º e respectivos incisos da Res. nº 4.399/2013 CONSEPE/UFPA. A modalidade de oferta do Curso de História com carga horária total de 3.210 horas é presencial e as disciplinas estão organizadas em blocos sequenciais distribuídos por semestres e/ou períodos acadêmicos. Tanto o curso de regime extensivo como o curso de regime intensivo terá o mínimo de oito semestres e o máximo de doze. As disciplinas ofertadas no semestre regular extensivo serão ministradas em conjunto e de forma blocada (caso haja alguma turma flexibilizada no período regular), ou de forma paralela (caso tenham quatro turmas em funcionamento no período regular no campus de Cametá). O formato extensivo, regular, blocado funciona com as disciplinas sendo ministradas de forma separada, contínua e condensada, uma após a outra, facilitando assim logisticamente a abertura de turmas flexibilizadas nos polos universitários e/ou em outros 15 campi. O formato extensivo, regular, paralelo acontece com as disciplinas sendo

desenvolvidas concomitantemente no interstício do semestre acadêmico, contribuindo, por sua vez, para a leitura interdisciplinar e de complementariedade das atividades acadêmicas apresentadas nas diferentes disciplinas ofertadas no período. Desse modo, sempre existirão turmas no regime extensivo e intensivo que poderão ser intercaladas de acordo com a demanda. As turmas extensivas podem ser sediadas no Campus Universitário do Tocantins/UFPA-Cametá e/ou em algum polo universitário, ou até mesmo em outro campus da UFPA, sempre que houver necessidade. Contudo, para que a flexibilização extra campus aconteça é necessária solicitação prévia da coordenação de outra unidade e a anuência do colegiado da subunidade, bem como, do Conselho da Unidade Acadêmica. A turma intervalar também poderá funcionar na sede do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, ou em algum polo universitário, ou até mesmo em outro campus da UFPA. Neste sentido, sempre haverá turmas intervalares em funcionamento, porém jamais haverá mais que duas turmas nesse formato, tendo em vista a impossibilidade logística para funcionamento concomitante de três turmas intensivas. Ressalta-se que a importância desse formato se dá pelo fato de se atender um público, que só teria condições de realizar um curso superior nessas condições, isto é, cursando em blocos, de forma intensiva, sendo sua realização sempre nos meses de janeiro, fevereiro, julho e agosto. Tal formato de curso se justifica pela condição de estar em uma região de grandes dimensões territoriais, cuja população rural é de cerca de 52%, tendo a necessidade de valer-se desse formato, que vem se mostrando, desde o início do processo de interiorização da UFPA na década de 1980, capaz de atingir e impactar as populações ribeirinhas, camponesas, quilombolas e indígenas bem como as populações de outros municípios que se deslocam para o local de realização do curso. Desta forma, o curso, no formato intervalar, terá seu início sempre no terceiro período letivo, que corresponde aos meses de julho, agosto, tendo seus componentes curriculares desenvolvidos de forma igual aos do regime extensivo. Desta forma, o curso de história da Faculdade de História do Campus Universitário do Tocantins tem como objetivo geral formar professores de História aptos para a inserção em setores profissionais que, promovem o ensino da História e a valorização do patrimônio cultural, com prática profissional responsável, ética e comprometida com a qualificação da Educação Básica do país e região, capazes de colaborar na difusão dos instrumentos intelectuais (conteúdos, conceitos, métodos, além de outros), que favoreçam o entendimento das pessoas e do meio em que vivem. O curso apresenta as atividades curriculares divididas em três núcleos: Núcleo de formação geral, composto pelas áreas: História e Sociedade, Teoria do Conhecimento Histórico, e De Formação Pedagógica. Este núcleo tem carga horária de duas mil trezentas e setenta horas (2370h). As disciplinas deste núcleo proporcionam ao estudante, na fase inicial do seu curso, uma visão abrangente e

sistemática da problemática da História em seus cortes temáticos e cronológicos habituais; um panorama das questões teórico-metodológicas mais importantes que atravessam a historiografia contemporânea; e ainda, a proposta curricular procura agregar conteúdos básicos da área em diferentes temporalidades (História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea) e espacialidades (Europa, América, África, Ásia, Brasil) aos princípios de uma formação teórico-metodológica (Introdução aos Estudos Históricos, Teoria da História, bem como visa ser uma iniciação às áreas interdisciplinares com as quais a História e o Ensino de História se relacionam, notadamente a Psicologia, a Pedagogia, a Filosofia e as demais Ciências Sociais, dando sempre enfoque ao campo educacional e às diversas realidades educacionais, notadamente as relativas à região do Baixo Tocantins. Assim sendo, as disciplinas do Núcleo de Formação Geral contribuem para desenvolver diferentes habilidades referentes aos processos de escolarização dos conteúdos próprios de cada disciplina na medida em que estabelecem convergências entre a reflexão acadêmica e a prática docente.

2. Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos, se subdivide nas áreas Metodologia da Pesquisa Histórica, Estágio Supervisionado Docente e Prática da pesquisa. Este núcleo tem carga horária de seiscentos e quarenta horas (640h), As disciplinas oferecidas neste núcleo proporcionam aos discentes a possibilidade de desenvolver e exercitar o conjunto das habilidades requeridas nos diversos campos de atuação do historiador, através das disciplinas instrumentais e do estágio supervisionado; e ainda a iniciação científica nas disciplinas relativas aos métodos da pesquisa histórica e à prática de pesquisa propriamente dita. Esse saber fazer capacitará os futuros professores(as) a levar a pesquisa histórica, enquanto recurso pedagógico, para dentro da sala de aula, democratizando o acesso à própria produção do conhecimento histórico na sala de aula, como também em um nível local (cidade, bairro ou comunidade).

3 Núcleo de Estudos Integradores, este núcleo apresenta carga horária de duzentas horas (200h) e visa oportunizar ao discente o envolvimento em atividades de pesquisa, ensino e extensão, constituindo-se um instrumento de flexibilização curricular, no qual serão disponibilizadas atividades de ensino, pesquisa, extensão e Representação estudantil; atividades de caráter científico e de divulgação científica; atividades de caráter artístico e cultural, atividades de caráter técnico, estas atividades permitiram a produção de outras vivências, dentro do ambiente universitário e fora dele, integradas à comunidade. Da mesma forma, serão respeitadas opções individuais dos discentes, que poderão optar, dentro de um leque de atividades, o caminho curricular a percorrer, conforme será descrito no funcionamento das disciplinas optativas. Neste fundamento o discente deverá, até o final do curso, realizar duas disciplinas optativas, as quais constituem-se em um elemento fundamental desse projeto pedagógico, pois as

disciplinas eletivas permitirão a flexibilização e a diversificação curricular. Em cada semestre será ofertada uma disciplina optativa, sendo que até o final do curso o aluno deve cursar duas delas. Serão, portanto, ofertadas dez disciplinas optativas ao longo do curso, das quais o discente escolherá duas. Por outro lado, será permitido que o discente curse uma disciplina de outro curso ou faculdade, desde que seja dentro de uma área interdisciplinar com a qual a História e o Ensino de História se relacione, notadamente a Psicologia, a Filosofia e as demais Ciências Sociais. Estas são ações capazes de recortar diferentes experiências profissionais, através da mobilização das atividades adequadas para articular as competências nas escolas da rede de ensino formal na educação básica; instituições públicas e/ou privadas. Essas atividades serão normalizadas e cumpridas ao longo do percurso curricular.

5.2 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Licenciatura em História é atividade obrigatória e ocorrerá, no caso das turmas do matutino, vespertino e integral, a partir do 7º semestre continuando no 8º semestre, e/ou de acordo com a proposta do discente, com a concordância do seu orientador; deve ser elaborado individualmente, salvo casos devidamente justificados e aceitos pelo Conselho da Faculdade. Para o horário noturno o TCC ocorrerá respectivamente nos 8º e 9º semestres. Esta atividade curricular será desenvolvida em 120 horas. Poderá o aluno creditar esta atividade curricular, desde que o TCC já produzido seja correspondente à área do conhecimento histórico. Desta forma a partir do 7º período, para o matutino, vespertino e integral, e a partir do 8º período para o noturno, a prática de pesquisa será trabalhada nas disciplinas de Monografia em História na qual os discentes desenvolverão a definição do tema de investigação visando a construção das bases de sua pesquisa e na próxima disciplina farão a produção de Trabalho de Conclusão de Curso. O TCC será defendido em sessão pública, perante banca examinadora constituída de, no mínimo, dois membros, sendo um deles, obrigatoriamente, o orientador, que presidirá a sessão. A sessão pública será organizada pela Faculdade de História durante o período letivo, sendo a composição da banca examinadora e seu suplente deverá ser proposta pelo orientador, de acordo com a temática do TCC, em acordo com o discente. O

Conselho da Faculdade ou Escola poderá credenciar membros externos para fins de composição de banca. O TCC será orientado por docente da UFPA devidamente credenciado pelo Conselho da Faculdade e vinculado à área temática do trabalho, indicado, sempre que possível, pelo próprio discente. A critério do Conselho da Faculdade poderá ser aceita orientação do TCC por profissional externo à instituição, desde que seja co-orientado por docente vinculado ao curso. A versão final do TCC deverá ser entregue ao Conselho da Faculdade em meio eletrônico e um exemplar impresso para fins de arquivo. Além da monografia, o TCC poderá ser apresentado de outras formas, desde que autorizados pelo Conselho da Faculdade, sendo estas formas: (1) material didático ou pedagógico; (2) memorial; (3) artigo, sendo todas estas modalidades relacionadas ao modo organizativo do curso e voltadas para aspectos históricos. Ressalte-se ainda que a Faculdade de História apresentará uma resolução específica que atenderá a casos não incluídos nesse projeto, bem como normas e procedimentos para seu desenvolvimento e conclusão, orientando assim docentes e discentes na operacionalização do Trabalho de Conclusão de Curso.

5.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado docente de formação profissional consiste no momento de iniciação à docência no qual o graduando inicia sua vivência dentro do ambiente escolar (formal e informal), familiarizando-se com o exercício da profissão docente. É o momento no qual o futuro profissional vai observar o ambiente escolar e todas as suas características pedagógicas, políticas e estruturais, para em seguida iniciar o exercício de regência e aprender na prática a profissão de licenciado. Para a realização do estágio, faz-se necessário o estabelecimento de relação pedagógica entre o aluno estagiário e um profissional que exerce suas atividades em um ambiente institucional de trabalho, através de parcerias firmadas entre subunidade acadêmica, coordenação de estágio e Instituição escolar que firmar de parceria. É importante considerar que a prática do Estágio Supervisionado Docente só acontecerá mediante a presença, orientação e observação de um professor supervisor titular da escola parceira, e sob a orientação dos professores de Estágio designados pela IES para acompanhar a turma de estagiários que se deslocará para o espaço escolar.

Segundo a Lei federal 11.788 de 25 de setembro de 2008, no seu Art. 1º define estágio como "ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior". No § 2º do referido artigo, afirma que "o

estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho?. No Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA, no Art. 74, estão elencados os objetivos institucionais do estágio: ?I) Possibilitar a ampliação de conhecimentos teóricos aos discentes em situações reais de aprendizagem, II) proporcionar aos discentes o desenvolvimento de habilidades e práticas, e o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, por intermédio de atividades relacionadas com sua área de formação e, III) Desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio profissional. E ainda, a Resolução Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 determina a carga horária de 400 horas de estágio a ser cumprida na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição.

O estágio supervisionado docente de formação profissional em História compreenderá o total de 400 horas e será desenvolvido a partir do 5º semestre de acordo com as ementas e a legislação em vigor. Deve sinalizar para o caráter investigativo e reflexivo, reforçando o entendimento de que a prática docente não é uma simples reprodução ou vulgarização do conhecimento, mas sim, diálogo constante entre conhecimento específico, teorias da história e o fazer pedagógico e atuação do profissional em História, num processo constante de diálogo entre saberes e práticas. Nesse caso, entendemos que o estágio supervisionado consiste em desenvolver saberes e práticas em relação ao contexto escolar e outros espaços de atuação do profissional de história, fazendo com que estes saberes e práticas, devidamente contextualizados, se internalizem nos graduandos, de modo que possam se transformar, de fato, em saberes da experiência.

Este processo dinâmico, complexo e subjetivo, é o que deverá caracterizar o percurso da formação de professores de História. Geralmente este conjunto de saberes e práticas, situados na Universidade, se encontram isolados do contexto escolar e outros locais de atuação do historiador como museus, arquivos históricos e documentais, de modo que o desafio do que tem se denominado relação teoria e prática é oportunizar o desenvolvimento deste processo complexo de transformação dos saberes acadêmicos em práticas docentes. Por isso os conteúdos e práticas desenvolvidos nas disciplinas, tanto específicas quanto ditas pedagógicas, que focam especialmente o ensino e prática de historiador, devem se relacionar com o contexto dos espaços de atuação do profissional de História; pois, entendemos que o exercício efetivo da docência se constitui como resultado de um conjunto de saberes e práticas, que se colocam em ação de maneira dinâmica e contextual.

As ações básicas previstas para o estágio supervisionado docente de História são

essencialmente de inserção no exercício da docência nos níveis de Ensino Fundamental, Médio, Educação de Jovens e Adultos, indígenas, quilombolas e ribeirinhos. No caso, serão utilizadas como espaços de estágio as escolas públicas das localidades em que o curso está sendo aplicado, incluindo as escolas ribeirinhas, quilombolas e indígenas. Desta forma estas ações estão voltadas a atividade de campo, em locus, o que permitirá aos discentes ampliar a ação educativa nas diferentes regiões amazônicas.

Estas atividades devem se dividir da seguinte forma: 1. O Estágio Supervisionado I tem início no 5º semestre com carga horária total de 100 horas, sendo subdividida com 40% do cumprimento da carga horária em ambiente universitário, com aulas teóricas sobre fundamentos didáticos, preparação prática e teorias acerca do estágio supervisionado e da prática de ensino, e 60% da carga horária cumprida em escola de Ensino Fundamental, preferencialmente da rede pública de ensino, onde deve se observar todo o ambiente escolar, contexto escola comunidade, reconhecimento, planejamento, organização e práticas docentes, incluindo também a elaboração de projeto de ação para ser realizada no estágio II; 2. O Estágio Supervisionado II tem início no 6º semestre com carga horária total de 100 horas, sendo subdividida com 40% do cumprimento da carga horária em ambiente universitário e 60% da carga horária cumprida em escola de Ensino Fundamental, preferencialmente da rede pública de ensino e na mesma escola onde se realizou a observação, para que possa ser aplicado o planejamento ou projeto elaborados na primeira etapa do estágio. A partir desta etapa do estágio a regência do estagiário se faz obrigatória e deve sempre ser acompanhada por um professor supervisor titular da turma/escola; 3. O Estágio Supervisionado III tem início no 7º semestre com carga horária total de 100 horas, sendo subdividida com 40% do cumprimento da carga horária em ambiente universitário e 60% da carga horária cumprida em escola de Ensino Médio, preferencialmente da rede pública de ensino; 4. O Estágio Supervisionado IV tem início no 8º semestre com carga horária total de 100 horas, sendo subdividida com 40% do cumprimento da carga horária em ambiente universitário e 60% da carga horária cumprida em escola de Ensino Fundamental ou Médio ou em outro ambiente (não formal) de ensino. No entanto o cumprimento da carga horária do estágio IV deve acontecer preferencialmente em ambiente escolar ribeirinho, quilombola ou indígena e deve atender as orientações já apontadas em etapas anteriores, no que diz respeito a realização de projetos pedagógicos pensados especificamente para as realidades sociais presentes nesses ambientes escolares.

Como resultado das atividades de estágio nas diferentes etapas será necessário a elaboração de relatório das atividades observadas no semestre, a produção de artigo, e a preparação de projeto sequencial didático, ficha de acompanhamento do professor supervisor, devidamente

assinada e preenchida com as atividades realizadas em classe e registro de frequência nas aulas de observação e regência. Em casos específicos, podem ser propostos projetos especiais a serem desenvolvidos em forma de oficinas, minicursos, laboratórios, e em outros espaços educativos, desde que atenda ao caráter pedagógico da relação específica de atividade de ensino e carga horária estabelecida.

No caso de creditar esta atividade curricular, este será efetivado até o limite máximo de 200 horas as atividades de estágios desde que os alunos exerçam atividade docente regular na educação básica e elaborem relatórios técnicos e/ou artigo científico sobre a experiência no campo de estágio; ficando a cargo de uma comissão de três professores de acompanharem e avaliarem o desempenho do discente. Poderá também ser creditada a carga horária de estágio associado à atividade de Historiador até limite máximo de 200 horas. O Estágio Supervisionado ocorrerá sempre em dupla docência que deve permanecer fixa e inalterada durante os quatro semestres de sua realização, sendo vedada a mudança de docente, salvo a ocorrência de sinistros e/ou motivos de força maior justificáveis e acatados pelo Conselho da subunidade.

5.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares obedecem ao que é estabelecido pela Lei 9394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional; pelas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação e pela Resolução n. 4.399, de 2013, do CONSEPE, que aprovou o Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA. O Artigo 3º da LDBEN ?assevera que o ensino deve ser ministrado com base na valorização da experiência extraescolar, dentre outros princípios?, e consiste no conjunto de atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas ao longo do curso e que tem carga horária mínima de 200 horas.

Nelas são incluídas também os temas transversais, interdisciplinares e as políticas de inclusão social. Desta forma em um conjunto de atividades de cunho acadêmico-cultural-científico, articulando inclusive com as disciplinas curriculares duas optativas que se relacionem com o itinerário formativo proposto ao curso. A CH ficará assim desmembrada, 120 horas de atividade complementares sob a forma de disciplinas optativas, a serem oferecidas a turma e, 80 horas, de livre escolha dos discentes. Neste fundamento o discente deverá, até o final do curso, realizar duas disciplinas optativas com carga horária de 60 horas cada, as quais constituem-se em um elemento fundamental desse projeto pedagógico, pois as disciplinas eletivas permitirão a flexibilização e a diversificação

curricular. Serão, portanto, ofertadas dez disciplinas optativas ao longo do curso, das quais o discente escolherá duas. Será possibilitado que o discente curse uma disciplina de outro curso ou faculdade, desde que seja dentro de uma área interdisciplinar com a qual a História e o Ensino de História se relaciona, notadamente a Psicologia, a Pedagogia, a Geografia, a Filosofia e as demais Ciências Sociais. Ressalte-se que serão consideradas AC todas as ações acadêmicas que forem reconhecidas pela Faculdade e/ou escola e previstas no Regulamento de Ensino de Graduação da UFPA consideradas relevantes na formação dos discentes. Este núcleo de atividades visa oportunizar ao aluno o envolvimento em ações de pesquisa, ensino e extensão, constituindo-se um instrumento de flexibilização curricular, no qual serão apresentadas atividades de: 1) iniciação à docência, 2) iniciação científica, 3) participação em seminários, 4) eventos acadêmicos, 7) monitorias, 8) participação em projetos de pesquisa; 9) participação em projetos de extensão; 10) participação em eventos locais, nacionais e internacionais na área educacional ou afim; 11) publicações em jornais, periódicos e anais de eventos locais, nacionais e internacionais; 12) participação em organização de eventos; 13) participação em audiências de defesas (TCC, monografias de Especialização, dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado); 14) representação estudantil; 15) movimentos sociais, 16) participação e organização de atividades culturais; 17) prestação de serviços comunitários, sob a orientação de professores do curso. Segue ainda elaboração ou instrumentalização de material didático, domínio de novas tecnologias e materiais, preparação e reflexão do conteúdo dos livros didáticos e da prática como componente curricular, análise de determinado conteúdo em currículos da educação, observações escolares, relatórios, redefinição dos conteúdos trabalhados no ensino básico. Essas atividades ao serem normalizadas e cumpridas ao longo do percurso curricular, permitirão reconstituir diferentes experiências profissionais, através da mobilização de atividades capazes de articular as competências nas escolas da rede de ensino formal na educação básica; instituições públicas e/ou privadas, assim como: jornais, periódicos, televisão, cinema e rádio, secretarias de educação e cultura, museus e pinacotecas; programas de educação à distância, de educação escolar indígena, organismos de elaboração e consulta científica e de recursos multimídias, sítios históricos e arqueológicos, biblioteca, institutos de pesquisa e fundações, associações e conselhos profissionais, federações e confederações empresariais, sociedades civis e sindicatos, minicursos, oficinas, seminários, congressos.

5.5 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A prática como componente curricular obedece ao que é previsto na Resolução nº 01/2002, do CNE, "que instituiu as diretrizes curriculares nacionais para a formação em nível superior de professores da Educação Básica", e pela Resolução nº 02/2002, do CNE, "que instituiu a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica em nível superior". A Resolução nº 02/2002 prevê o mínimo de 400 horas de prática pedagógica, vivenciadas desde o início do curso. No curso de História do Campus de Cameté a prática permitirá ao discente desenvolver ações direcionadas ao ensino de história, como também a inserção nos espaços/ambientes escolares nos quais atuará como futuro professor licenciado pleno, exercendo assim, a práxis docente e, ao mesmo tempo, dando condições para que o graduando reflita e problematize as diversas situações enfrentadas na vida profissional. Para isso o curso deve propor "práticas de docência" que possibilitem aos licenciandos a produção de planos de ação docente, planos sequenciais didáticos, planos de aulas, produção de material didático, observação, acompanhamento, participação no planejamento, execução e avaliação de aprendizagens, do ensino ou de projetos pedagógicos, núcleos de debate e projeto piloto através do uso de laboratório de ensino, e programas de iniciação a docência. Para isso estas atividades devem ocorrer tanto em escolas como nos laboratórios de ensino, museus e em outros ambientes educativos, sempre sob o acompanhamento do professor responsável pelo componente curricular que avaliará as atividades realizadas. Os projetos de observação/intervenção da prática curricular devem atender ao disposto neste Projeto Pedagógico quanto as habilidades e competências por atividade curricular, devendo a implementação deste mesmo PPC ser avaliada periodicamente pelo NDE. No curso de História do Campus de Cameté a prática como componente curricular terá um total de 480 horas práticas como componente curricular contempladas nas atividades curriculares obrigatórias do núcleo de formação geral das áreas de História e Sociedades e de Formação Pedagógica compreendendo 08 disciplinas, quais sejam: Fundamentos de História e Educação; Fundamentos Especiais de Gestão Escolar; Introdução ao Ensino de História; Libras; Prática de História no Ensino Fundamental; Prática de História no Ensino Médio; Ensino de História Afro-Brasileira e Indígena; Competências Leitoras e Escritoras no Ensino de História.

Ressaltamos assim a importância de buscarmos uma formação que possibilite a nossos discentes articular pesquisas, ensino e extensão. Neste aspecto, entendemos que os envolvimento com a pesquisa e com a produção do conhecimento histórico ampliam as possibilidades de autonomia profissional, pois a produção do saber apresenta-se como um trabalho que exige a construção de posicionamentos e perspectivas diante das concepções diversas de fazer História, contribuindo para a autonomia e clareza do profissional em

formação sobre o quê, como e para que se ensina e se produz o conhecimento histórico. Desta forma os discentes serão convidados a refletir acerca das práticas pedagógicas e, ao mesmo tempo, desenvolverão competências basilares ao processo de ensino e aprendizagem de seus futuros alunos. Assim, elaborar-se-á correlação entre teoria e prática, compreendida como um movimento contínuo entre saberes e fazeres, que possibilita reflexões sobre as situações próprias do cotidiano do ensino de História.

5.6 POLÍTICA DE PESQUISA

O curso tem como princípio formador a indissociabilidade entre ensino e pesquisa e extensão, uma vez que se entende que estes só adquirem significado na medida em que não se desvinculam das experiências e problemáticas presentes na sociedade. Nesse caso, fica evidente a necessidade de se estabelecer a formação de um profissional que vai atuar nas escolas e que tenha expertise para diferentes áreas de pesquisa no campo da História e do Ensino de História. Em nossa perspectiva, a construção de um profissional com autonomia tem que priorizar uma formação mais ampla, na qual a preparação para atuar tenha capacidade de domínio metodológico das fontes históricas, das teorias da história e da prática de ensino realizada a partir das visões de mundo pretendidas para um profissional de História crítico, com capacidade de lidar com a diversidade cultural, e em condições de posicionar-se diante das situações sociais e políticas, bem como com a capacidade de desenvolver escolhas conscientes sobre a maneira como vai desenvolver seu trabalho em sala de aula, em laboratório ou em outro ambiente de pesquisa. Neste aspecto, entendemos que o profissional de História envolvido com o ensino e a formação docente deve ter as mesmas habilidades com a pesquisa e com a produção do conhecimento histórico, ampliando assim, as possibilidades de autonomia profissional, pois a produção do saber apresenta-se como um trabalho que exige a construção de posicionamentos e perspectivas diante das concepções diversas de fazer História, contribuindo para a autonomia e clareza do profissional em formação sobre o quê, como e para que se ensina e se produz o conhecimento histórico.

Política de pesquisa

A pesquisa necessita, ao lado do ensino e da extensão, constituir-se como uma atividade progressivamente presente nos meios acadêmicos e nas atividades de difusão de conhecimentos e de intervenção em problemas efetivos da sociedade. Neste aspecto, estão ligadas à perspectiva de amplitude da profissionalização do futuro docente, uma vez que propiciarão oportunidades de aquisição de competências, de domínio de métodos analíticos e de habilidades para aprender e recriar permanentemente. Promovem um novo sentido à graduação que deixa de ser espaço de transmissão e de aquisição de informações para então favorecer a construção e produção do conhecimento onde o aluno atue como sujeito da aprendizagem. Além disso, oferece a oportunidade para o professor desenvolver uma postura investigativa sobre sua área de atuação ao mesmo tempo em que aprende a utilizar os procedimentos de pesquisa como instrumentos de trabalho.

As atividades de pesquisa e iniciação científica estarão integradas com o ensino e a extensão e terão sua produção incentivada, organizada e coordenada pelos docentes do curso. A pesquisa científica, sob a ótica de importância fundamental para a formação do professor, será conduzida de modo a:

- a) Familiarizar o aluno com os procedimentos e técnicas da investigação acadêmica;
- b) Desenvolver competências e habilidades para realizar pesquisas na área de conhecimento de sua especialidade, estabelecendo foco principalmente no ensino e aprendizagem;
- c) Sustentar a formação do professor de modo a favorecer o seu desenvolvimento profissional e dotá-lo da capacidade de manter-se atualizado;
- d) Assimilar os processos de pesquisa como conteúdos associados à produção historiográfica e a serem socializados aos alunos da educação.

Considerando esses princípios norteadores da política de pesquisa, propõe-se a criação de três linhas de pesquisa, a saber:

- a) Populações, natureza e propriedade;
- b) Ensino, linguagens e memória;
- c) Estudos étnico-raciais

As linhas de pesquisas devem envolver todos os professores efetivos da Faculdade de História, assim como pode contar com a participação de outros de diferentes faculdades da UFPA e também de outras instituições de ensino e pesquisa superiores. No caso, estas linhas de pesquisa visam promover o desenvolvimento do conhecimento histórico e construção de novas práticas de ensino, bem como fomentar a pesquisa e elaboração de monografias científicas, projetos, palestras, seminários e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com os objetivos formativos do curso.

5.7 POLÍTICA DE EXTENSÃO

As atividades de extensão e ação comunitária serão desenvolvidas em áreas de abrangência da Instituição, buscando identificar as necessidades sociais para a contextualização de seus projetos e programas. Estarão direcionadas para intensificação e otimização do ensino e da pesquisa, proporcionando também a melhoria da qualidade de vida da população. As atividades extensionistas envolvem a participação de professores, discentes e a comunidade em ciclo de palestras, seminários, conferências, elaboração de cartilhas, elaboração de material didático, oficinas de capacitação e atualização para professores do Ensino Básico das escolas públicas e privadas do município e comunidade em geral.

A extensão integrará objetivos comuns de modo a oportunizar ao futuro docente e pesquisador o desenvolvimento de competências e habilidades para o desempenho de suas funções. Dessa forma, os alunos, sob a orientação de seus professores vivenciarão situações de forma interdisciplinar e atuarão de forma a:

- a) Analisar o contexto social e direcionar programas e projetos que se integrem às necessidades do momento, utilizando-se de todos os recursos que a Instituição possa disponibilizar a comunidade;
- b) Promover o desenvolvimento de parcerias com grupos e instituições, articulando os saberes desenvolvidos no curso e as necessidades sociais. Nesse sentido, estarão abrindo também possibilidades para a aplicação da teoria e transposição para a sala de aula de aspectos práticos onde o graduando estará exercitando habilidades de autonomia, tomada de decisões e escolhas de procedimentos pedagógicos e de pesquisas, ainda no decorrer de sua formação. O presente currículo apresenta uma carga horária de 325 (trezentos e vinte cinco) horas de atividades de extensão nos componentes curriculares.

5.8 POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

Considerando o artigo 112 do Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal do Pará (Resolução N. 4.399, de 14 de maio de 2013? CONSEPE) e visando à preparação e o aperfeiçoamento dos discentes para o trabalho com a Inclusão Social de alunos portadores de necessidades especiais, será solicitada dentro das Atividades Complementares a oferta de minicursos, palestras e seminários sobre o tema. Além disso, dentro das disciplinas Estágio Supervisionado Docente, Fundamentos de Psicologia e Ensino, Prática de História no Ensino Fundamental, Prática de História no Ensino Médio, haverá o planejamento e desenvolvimento de práticas voltadas ao conhecimento histórico

para os ensinos fundamental e médio direcionado para a Inclusão de Portadores de Necessidades Especiais.

Os alunos do Curso de História contarão ainda com as disciplinas História e Ensino de Libras, visando garantir ao futuro professor a capacitação necessária para inclusão escolar dos alunos portadores de deficiência auditiva.

Para melhor atender aos alunos portadores de necessidades especiais ou com locomoção limitada o campus de Cametá, em conformidade com a Lei nº 10.098, de 2000, já oferece uma infraestrutura física já adaptada com rampas, banheiros e elevador, além de contar com um Núcleo de Inclusão Social na sua Divisão de Inclusão Educacional (DIE), o qual funciona dentro do Campus Universitário de Cametá desde 09 de março de 2016, atualmente sob a coordenação da Prof^ª Msc. Waldma Maíra Menezes de Oliveira ? Port. Nº 13/2016 ? CUNTINS. Ressalta-se, portanto, a importância de se ter no campus a presença de profissionais habilitados para o ensino das diferentes linguagens aos alunos do curso de Graduação, bem como para garantir a formação continuada dos professores do quadro institucional. Caberá a direção da Faculdade a criação de uma política de facilitação de acessibilidade às dependências das unidades e subunidades acadêmicas, assegurar a aquisição de material didático especializado aos alunos portadores de necessidades especiais. A inclusão social diz respeito também ao atendimento psicológico e aos diferentes tipos de Transtornos do Espectro Autista (TEA) e cabe a Universidade dar a devida assistência conforme o previsto na Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e de necessidades vinculadas às dificuldades na aprendizagem compreendendo suas várias modalidades. Estão aqui incluídos os diversos níveis de modalidades e/ou déficits de aprendizagem tais quais a dislexia, discalculia, Asperger, hiperatividade dentre outros.

Destaca-se também a inclusão social de minorias ou de grupos historicamente marginalizados. Esta inclusão será efetivada através da oferta de uma educação voltada para o entendimento da sociedade brasileira como pluriétnica, de forma a valorizar o patrimônio histórico-cultural das etnias marginalizadas e superar os preconceitos historicamente forjados e as discriminações tradicionalmente toleradas. Neste aspecto destacam-se as disciplinas História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, História Indígena e do Indigenismo e Ensino de História Afro-brasileira e Indígena, que entre outras perspectivas, possibilitam a compreensão da identidade racial das comunidades negra e indígena, e do processo de constituição desses grupos e das políticas afirmativas introduzidas no currículo escolar através das leis 10.639/03 e 11.645/08, ambas relacionadas com o processo de reparação histórica e afirmação do legado pluriétnico da sociedade brasileira.

6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

O Planejamento do Trabalho Docente da Faculdade de História deverá acontecer de forma continuada respeitando ao disposto na Resolução nº 4.399, de 14 de maio de 2013 ?CONSEPE/UFPA ? que regulamenta os cursos de graduação da Universidade Federal do Pará as atividades curriculares do Curso de História ?FACHTO/CUTINS/CAMETÁ, e de acordo ao previsto no Calendário Acadêmico da Instituição que é dividido em quatro períodos. O planejamento das atividades curriculares será realizado no início de cada semestre letivo respeitando o calendário acadêmico da Universidade Federal do Pará, e envolverá professores, alunos, técnicos e administração da Faculdade. Para isso duas modalidades de reunião e planejamento estão programadas: 1 ? As reuniões acadêmicas do Conselho da Faculdade, nas quais serão discutidas, debatidas e aprovadas as questões de ordem administrativa, burocrática e acadêmica, de planejamento, oferta de curso, programação de eventos, políticas de ensino-pesquisa-extensão, pareceres e aprovação de projetos, relatórios e diálogo entre docentes e discentes do curso; 2 ? As reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE), nas quais serão debatidas as questões curriculares do curso, estatuto epistemológico, princípios teórico-metodológicos, introdução ou subtração de disciplinas, políticas de Direitos Humanos, Sustentabilidade Ambiental, transversalidade, interdisciplinaridade e caráter multidisciplinar do desenho curricular do curso.

O planejamento de trabalho deve sempre acontecer semestralmente, tomando como parâmetro os dois períodos acadêmicos da Universidade Federal do Pará (Intensivo-Regular) e apresentar as estratégias de ação previstas neste PPC e nas atividades curriculares dos cursos, lembrando que para isso é necessário se respeitar a distribuição da Carga Horária disposta nas ementas de cada disciplina, com carga horária, teórica, prática, extensão, estágio e atividades complementares. Por isso os procedimentos metodológicos empregados pelos professores deverão ser diversificados e inovadores abrangendo além das aulas expositivas, aulas práticas e experimentais associadas à produção de material didático e visitas orientadas a escolas.

Nesse sentido, é imprescindível que a metodologia de ensino seja definida a partir da relação professor-aluno, na perspectiva de buscar o envolvimento desses sujeitos para as práticas de pesquisa e produção do conhecimento histórico e educacional, visando à ampliação das possibilidades de autonomia profissional tanto para os docentes formadores quanto para os discentes em formação.

7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

7.9 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO

7.1- Concepção e Princípios da Avaliação

A avaliação como ação pedagógica que compreende diversos aspectos da vida e encadeia processos de observação, julgamento, comparação, dentre outros, se orienta nesse PPC pelos princípios de formação humanística, crítica, política e voltada aos atributos da formação profissional, da cidadania e da ética. Para isso, pretende promover os critérios metodológicos e teóricos necessários a uma formação histórico social crítica, que tenha como premissa básica a busca do respeito ao outro, ao princípio da isonomia, ao republicanismo, a igualdade de direitos, do respeito as diversidades étnico-culturais, respeito à diversidade de gênero e orientação sexual e a formação profissional afinada com os objetivos didáticos pedagógicos pretendidos para o licenciado em história conforme ao disposto nos Artigos 178 a 180 do Regimento Geral da UFPA e Artigos 67 e 70 do Regulamento do Ensino de Graduação.

Dos Discentes

As avaliações dos discentes são elementos constitutivos e orientadores do processo de ensino-aprendizagem, permitindo a diversificação de estratégias e de instrumentos. As formas de avaliações a exemplo de testes, observações, produção de textos, construção de projetos, elaboração de materiais didáticos, sistematização de dados, entre outras, serão determinadas por cada professor considerando as peculiaridades do conteúdo programático de cada disciplina, porém, respeitando as diretrizes dispostas na Resolução N. 4.399, de 14 de maio de 2013? CONSEPE. O discente será avaliado em, no mínimo, três momentos no decorrer de uma disciplina. A forma de avaliação deverá ser apresentada e justificada pelos docentes aos discentes no primeiro dia de aula, e as determinações acordadas deverão ser cumpridas. O conceito final será decorrente da média, que poderá ser ponderada ou aritmética (dependendo da situação), entre as avaliações; sendo que as notas entre 0,0 e 4,9 serão atribuídas o conceito insuficiente (INS), entre 5,0 e 7,9 Regular (REG), de 8,0 a 9,4 Bom (BOM) e de 9,5 a 10,0 Excelente (EXC). As avaliações deverão ser contínuas através da participação em sala de aula; realizadas através de verificação formal de aprendizagem (provas escritas e práticas); por elaboração de relatórios de atividades de campo; por apresentações de seminários; por organização de mini-cursos e palestras; por elaboração de material didático; por auto-avaliação; por participação em eventos acadêmico-científicos; e por outras formas estabelecidas pelas normas superiores da UFPA. Caberá a uma Comissão

composta por três professores do quadro docente da UFPA, designados pelo Conselho da Faculdade, dar parecer sobre discordâncias entre discentes e docentes quanto à forma de avaliação. A decisão da Comissão deverá ser acatada plenamente.

Dos Docentes, Técnicos e Administração

A avaliação do corpo docente, técnicos e administração será realizada semestralmente ao final de cada período letivo, através de formulários nos quais os discentes, docentes e técnicos e administrativos apresentarão críticas e sugestões para melhoria do ensino e/ou do plano de trabalho. Os formulários preenchidos serão analisados pela coordenação de curso, juntamente com os professores e, posteriormente encaminhados à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação.

Avaliação Interna do Curso

Avaliação interna do curso se dará através da análise do índice de evasão, aceitação dos formandos no mercado nacional e internacional e em programas de pós-graduação e convênios. Serão ainda observados a produção científica dos alunos, projetos integrados de ensino, pesquisa e extensão, recursos e estágios remunerados obtidos em outras empresas; tendo como objeto de análise a estrutura curricular, biblioteca, média das avaliações anuais por grupos de alunos etc.

7.10 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

7.2- Avaliação da Aprendizagem

Seguindo o previsto no Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal do Pará (Resolução 4.399 de 14 de maio de 2013 ? CONSEPE), deverá ser nomeada uma Comissão Interna de Avaliação da Faculdade de História, composta por todos os membros do Conselho da referida Faculdade. Esta comissão deverá organizar e acompanhar os processos de avaliação dos Projetos Pedagógicos, corpo docente e discente da faculdade, respeitando o calendário acadêmico da instituição. De acordo com o presente PPC a avaliação de aprendizagem implicará na ação individual de cada docente em suas respectivas áreas de atuação levando em consideração as competências e habilidades previstas nas atividades curriculares, bem como nas ações colegiadas constantemente realizadas nas

reuniões entre docentes, e com a participação do representante discente, para discutir permanentemente os processos curriculares do curso e seus respectivos sistemas de ensino-aprendizagem levando em consideração a avaliação, análise e crítica aos procedimentos tomados ao longo do semestre nas diferentes atividades curriculares. As avaliações colegiadas sobre as diferentes disciplinas do semestre devem acontecer sempre no final de cada período letivo, levando em consideração não só os aspectos conceituais de conteúdo programático, como também as estratégias de interação, sociabilidade e princípios de ensino-pesquisa-extensão, sempre respeitando flexibilidade, a autonomia docente e os direitos e deveres discentes previstos na resolução supracitada.

A avaliação deverá ser continuada e acontecer ao longo do período letivo através de diversos procedimentos pedagógicos como participação nas aulas, leitura, debate, interação e sociabilidade, realização de seminários, produção de projetos, elaboração artigos científicos, realização de testes (provas), relatórios de estágio supervisionado, relatórios de visitas de campo, relatórios de extensão, relatórios de pesquisa, produção de material didático, regência de aula para a educação básica em ambiente universitário e/ou escolar, todas desenvolvidas de forma interdisciplinar e sistemática de acordo ao que for previamente estabelecido em planejamento pedagógico, constituindo assim, a completude do processo ensino-aprendizagem. A verificação do aprendizado será realizada de forma individual em cada atividade curricular e levará em consideração a assiduidade e o aproveitamento. A conceituação e a frequência também obedecem ao previsto no regulamento de graduação compreendendo a frequência mínima de 75% das aulas ministradas e a atribuição dos conceitos: Excelente, Bom, Regular, Insuficiente, Sem Frequência e Sem avaliação.

7.11 AVALIAÇÃO DO ENSINO

7.3 Avaliação do Ensino

A Avaliação do Ensino deve ter sempre um caráter dialético, subjetivo, problematizador e reflexivo do processo educacional exercido pelos docentes, bem como pelo Conselho da Faculdade. Para isso é necessário que ocorra sempre uma auto avaliação das experiências realizadas nas atividades curriculares, como também nas ações pedagógicas estabelecidas coletivamente no colegiado, havendo assim a possibilidade de melhorar, aprimorar ações não desejadas ou que não tenham cumprido aos objetivos propostos, como também, podem ratificar e manter experiências avaliativas positivas; a avaliação do ensino deverá também ser processual e ser observada durante todo o percurso acadêmico de discentes e docentes, a

fim de possibilitar uma melhor compreensão do desempenho estudantil e profissional de discentes e docentes.

A avaliação do trabalho acadêmico de docentes, discentes e faculdade na realização das ações pedagógicas estabelecidas no PPC devem promover a criação de fóruns de discussão permanente a fim de possibilitar a melhoria qualitativa do curso, sempre referendando os pontos fortes de realização do curso.

O Art. 70 do Regulamento do Ensino de Graduação ?determina que a avaliação das atividades didático-pedagógicas deve ocorrer ao término de cada período letivo?, possibilitando assim, que o Sistema de Avaliação da PROEG (SIGAA) disponibilize informações e instrumentos para avaliar as Atividades Curriculares e o desempenho dos docentes que as ministraram. O preenchimento on line deve preceder a reflexão no âmbito do curso sobre os desempenhos docente e discente, os procedimentos de ensino e avaliação, os objetivos, os conteúdos, a carga horária e as condições materiais do trabalho pedagógico.

7.12 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Desenvolvimento do projeto pedagógico será avaliado semestralmente. A avaliação se dará por meio de formulário padronizado, contendo questões relativas ao desempenho do professor e da coordenação de curso (coordenador e secretaria), planejamento e execução das disciplinas e do bloco de disciplinas, integração entre as disciplinas do mesmo bloco e com disciplinas dos blocos de semestres anteriores, auto-avaliação e infra-estrutura. Os formulários preenchidos por docentes, discentes, técnicos e Administração serão analisados pela coordenação de curso, juntamente com os professores e, posteriormente encaminhados à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação. E, considerando o que preconiza a Resolução 4.908/2017 caberá ao NDE: "a função consultiva, propositiva e de assessoramento no processo de concepção, consolidação e acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)"

8 INFRAESTRUTURA

8.13 DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Ariel Feldman	Doutor	História da América; História Imperial; História Social Estágio Supervisionado e Ensino de História	Dedicação Exclusiva
Benedita Celeste de Moraes Pinto	Doutor	História do Brasil; História da Amazônia; História Indígena	Dedicação Exclusiva
Carlos Leandro da Silva Esteves	Doutor	Teoria da História; Metodologia da História; História do Brasil e História Contemporânea	Dedicação Exclusiva
Elias Diniz Sacramento	Mestre	História da Amazônia; História do Brasil	Dedicação Exclusiva
Ivo Pereira da Silva	Mestre	História da América; História Moderna; História do Brasil; Estágio Supervisionado	Dedicação Exclusiva
José do Espírito Santo Dias Junior	Doutor	Estágio Supervisionado, Ensino de História, História do Brasil, História da Amazônia e História Cult	Dedicação Exclusiva
Josué Berlesi	Mestre	Historia Antiga e Medieval	Dedicação Exclusiva
Luiz Augusto Pinheiro Leal	Doutor	Antropologia Histórica; História da África	Dedicação Exclusiva
Rosemeire de Oliveira Souza	Doutor	História Indígena e do Indigenismo; História da Amazônia, História do Brasil e Ensino de História	Dedicação Exclusiva

8.14 TÉCNICOS

Osvaldo dos Santos Machado

CPF- 749.206.852-20

Siape- 2282693

Titulação Máxima- Especialista

Vinculo- Efetivo

8.15 INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Cantina Polo Baião	Imóvel	0	Administrativa	1
Cozinha Polo de Mocajuba	Imóvel	0	Administrativa	1
Cozinha Pólo Baião	Imóvel	0	Administrativa	1
Banheiros	Imóvel	15	Aula	12
Salas de aula	Sala	50	Aula	23
Sala de professores	Sala	0	Reunião	1
Auditório	Sala	270	Aula	1
Sala de professores Pólo de Mocajuba	Sala	0	Reunião	1
Mini auditório	Sala	80	Aula	1
Sala de apoio Polo Mocajuba	Sala	0	Administrativa	1
Sala de apoio Pólo de Baião	Sala	40	Aula	8
Sala da Coordenação Pólo Mocajuba	Sala	0	Administrativa	1
Sala de aula Pólo Baião	Sala	40	Aula	9
Cantina Polo de Mocajuba	Sala	0	Administrativa	1
Laboratório de Informática Pólo de Baião	Sala	10	Aula	1
Sala de aula Polo Mocajuba	Sala	40	Aula	8
Sala da Coordenação do Pólo Baião	Sala	10	Administrativa	1
Laboratório de Pesquisa	Laboratório	5	Orientação acadêmica	1
Laboratório de informática Polo de Mocajuba	Laboratório	10	Aula	1
Laboratório de Informática	Laboratório	27	Aula	1
Laboratório de Ensino	Laboratório	24	Aula	1
Secretaria	Secretaria	7	Administrativa	1

8.16 RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Auditório	mesa	Cedido	2	
	datashow	Cedido	1	
	caixa amplificadora	Cedido	1	
	mesa	Cedido	300	Cadeiras estofada
	caixa amplificadora	Cedido	1	aparelho de som
	mesa	Cedido	7	cadeira estofada giratória
	mesa	Cedido	1	Púlpito de madeira
Laboratório de Ensino	mesa	Cedido	3	bancadas
	computador	Cedido	12	notebooks
	mesa	Cedido	12	cadeiras
Laboratório de Informática	mesa	Cedido	27	cadeiras estofadas
	mesa	Cedido	4	bancadas
	computador	Cedido	21	computadores
	mesa	Cedido	1	mesa
	mesa	Cedido	1	cadeira estofada giratoria
Laboratório de Informática Pólo de Baião	mesa	Cedido	5	
	computador	Cedido	10	
Laboratório de informática Polo de Mocajuba	computador	Cedido	10	
	mesa	Cedido	1	
Mini auditório	mesa	Cedido	6	cadeiras estofadas giratoria
	datashow	Cedido	1	
	mesa	Cedido	80	cadeiras estofadas
	mesa	Cedido	1	mesa de madeira grande
	projektor	Cedido	1	Tela de projeção
Sala da Coordenação do Pólo Baião	mesa	Cedido	1	
	computador	Cedido	1	
Sala da Coordenação Pólo Mocajuba	mesa	Cedido	3	
Sala de apoio Pólo de Baião	mesa	Cedido	1	
Sala de apoio Polo Mocajuba	mesa	Cedido	1	
Sala de aula Pólo Baião	mesa	Cedido	1	
Sala de aula Polo Mocajuba	mesa	Cedido	1	
	mesa	Cedido	12	cadeiras
Sala de professores Pólo de Mocajuba	mesa	Cedido	1	
Salas de aula	mesa	Cedido	1	cadeira
	mesa	Cedido	50	carteira escolar
	mesa	Cedido	1	mesa de aço
Secretaria	computador	Cedido	3	HP
	caixa amplificadora	Cedido	1	Oneal
	mesa	Cedido	4	Mesa Marelli cor de ovo
	datashow	Cedido	1	BENQ
	quadro magnético	Cedido	1	
	computador	Cedido	2	Impressoras HP
	estantes para partituras	Cedido	3	armários
	estantes para partituras	Cedido	2	arquivo de aço

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, José D? Assunção. O projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BAGNO, Marcos. Pesquisa na Escola: o que é e como se faz. Loyola: São Paulo, 2001.
- BRASIL. LEI n.º 9394 (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Diário da União, Brasília, DF, Senado, 1996.
- BRASIL. Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- BRASIL. Lei n º 9.795 (1999). Política Nacional de Educação Ambiental. Diário da União, Brasília, DF, 1999.
- BRASIL. Resolução nº 1 de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- BRASIL. Resolução Nº 2 de 1º de julho de 2015. Define as diretrizes Curriculares Nacionais para formação Inicial em nível superior e para a formação continuada.
- BRASIL. Resolução nº2 (2004). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2004.
- BRASIL. Parecer nº 8 (2007). Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2007.
- BRITO, Ana Rosa Peixoto de. LDB da ?Conciliação? possível à Lei ?Proclamada?. Graphitte: Belém, 1997.
- DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José E. Autonomia da Escola ? Princípios e Propostas. São Paulo: Cortez, 1977.
- MENDES, Rosa Emília de Araújo. Projeto Pedagógico em favor da escola. Belo Horizonte: AMAE Educando. Ano XXXIII. nº291 ? mai.2000 ISSN 0102, p. 12-7.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2006.
- PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de (Orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2011.
- PINSKY, Carla Bassanezi(org.). Novos temas nas aulas de história. São Paulo: Contexto, 2009.
- PINSKY, Jaime (org.). O ensino de História e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 2009.